

“Nature swap”: como trocar a dívida por proteção ambiental (2)

**Maria de Lourdes
Davies de Freitas (*)**



Vejamos os primeiros exemplos de conciliação entre fatores econômicos e a necessidade cada vez mais urgente de evitar a repetição de desastres ecológicos e a destruição total da nossa base de recursos naturais.

Em 1987, três países latino-americanos que dispõem de riqueza incalculável em recursos naturais — Bolívia, Costa Rica e Equador — converteram parte de suas dívidas externas em conservação ambiental. A riqueza natural desses países é impressionante. A pequena Costa Rica, com apenas 52 mil quilômetros quadrados, possui cerca de 8 mil espécies de plantas, em contraste com a Grã-Bretanha, por exemplo, que em seus 244 mil quilômetros quadrados possui apenas 1.443 espécies.

O Equador, por sua vez, abriga de 15 mil a 20 mil espécies de plantas em suas florestas tropicais na Amazônia e ao longo da costa do oceano Pacífico.

A primeira operação de “nature swap” realizada no mundo teve lugar na Bolívia, em julho de 1987. Neste país sul-americano, com dívida externa de cerca de US\$ 5 bilhões e uma extensão de 1 milhão de quilômetros quadrados, existem três zonas ecológicas distintas: o altiplano, correspondente ao afloramento dos Andes; uma zona intermediária, entre o altiplano e as planícies de baixa; e estas últimas, que muito lembram a floresta tropical amazônica e parte do chaco brasileiro do Estado de Mato Grosso. Esta primeira operação de conversão de parte do débito externo por conservação ambiental abateu US\$ 650 mil, que foram doados pela Fundação Frank Widen e comprados por US\$ 100 mil no mercado internacional de conversão da dívida, onde a dívida boliviana podia ser comprada na base de 15 centavos por dólar. A assistência técnica ao projeto ficou a cargo da Conservation International, entidade não governamental que

responde pela consultoria para planejamento das áreas protegidas e ainda pelo gerenciamento ambiental. O papel de agente financeiro coube ao Citicorp Invesment Bank. A Associação Boliviana de Conservação da Natureza também participou das negociações, que envolveram uma área de cerca de 1,48 milhão de hectares, antes pertencente ao governo boliviano e próxima à reserva da biosfera do Beni, criada em 1982 no norte da parte tropical da Bolívia. O acordo também estabelece a manutenção de três áreas no norte boliviano, que têm ao redor cerca de 2.800 acres de terras dos índios Ximena. A contrapartida do governo boliviano deu-se através de seu Ministério da Agricultura, que colocou à disposição US\$ 250 mil para atividades de pesquisa e manejo ambiental.

Em termos de conservação ambiental, a área protegida por essa operação de “nature swap” boliviana é responsável pela existência de cerca de quinhetas espécies de pássaros e

abriga treze de dezoito espécies ameaçadas de extinção, entre primatas, raposas, morcegos, pássaros e veados.

A operação foi contestada por alguns segmentos da opinião pública boliviana, sob alegação de que feria a soberania nacional. O governo de La Paz logo deu garantias de que, embora o apoio técnico esteja a cargo de instituições estrangeiras, a posse da terra protegida continua em mãos bolivianas.

Já a Costa Rica, pequeno país da América Central com uma dívida externa de US\$ 3,7 bilhões, teve sua primeira operação de “nature swap” realizada em agosto de 1987, com apoio científico do World Wildlife Fund (WWF), através de doações de perto de US\$ 100 mil, também via fundação Frank Widen. A operação envolveu US\$ 1 milhão, comprados por US\$ 450 mil, isto é, na base de 45 centavos por dólar. As negociações incluíram o Banco Central da Costa Rica, a Fundação Costarriquenha de Parques Nacionais, o

Ministério da Indústria, Energia e Minas e o Banco Cooperativo, para a criação de um fundo de conservação de recursos naturais.

A área protegida pelo acordo é a do parque nacional de Guanacace, na península de Santa Elena, no noroeste do país. Estima-se que existam nessa pequena área cerca de 850 espécies de aves, 205 espécies de mamíferos, 218 espécies de répteis e 160 espécies de anfíbios, além de 130 espécies de peixes de água doce e 9 mil espécies de plantas.

Por fim, o Equador, com uma dívida externa de US\$ 9,2 bilhões em 1987, realizou sua primeira operação de “nature swap” em dezembro do ano passado, no valor de US\$ 1 milhão, com assistência científica do WWF e assistência do Bankers Trust Company, de comum acordo com os consultores financeiros da Fundação Natura e do WWF, respectivamente o Citicorp e o Citibank. A conversão foi realizada através do Banco Central

do Equador para fornecimento de títulos em moeda local, com vistas à manutenção e conservação de parques nacionais e reservas, através da citada Fundação Natura, entidade não governamental equatoriana, associada na América Latina ao WWF. A área de três parques naturais, duas reservas ecológicas e uma reserva de vida silvestre alcança cerca de 2 milhões de hectares. Espera-se que este seja o primeiro programa de “nature swap” de um total de US\$ 10 milhões que se pretende converter mediante esse processo no Equador. Mais uma vez os fundos foram provenientes de doações realizadas ao WWF, e a operação obteve títulos convertidos pelo Banco Central através do dinheiro doado ao WWF, que adquiriu os títulos da dívida equatoriana com as doações recebidas, distribuindo o dinheiro arrecadado à Fundação Natura. Esta o destinou à conservação dos parques e reservas, a programas de educação ambiental e a projetos de re-

florestamento a manejo sustentado.

São esses os três exemplos conhecidos de países da América Latina nos quais já se realizaram operações de “nature swap” ou conversão de dívida externa por compromissos de conservação ambiental. Evidentemente, o montante financeiro das citadas operações de “nature swap” pouco representa em termos quantitativos diante dos US\$ 3 trilhões devidos pelos países do Terceiro Mundo. Mas essa modalidade de conversão da dívida constitui um passo importante na direção de soluções novas e criativas para os problemas ambientais, que ameaçam mais severamente os países em desenvolvimento, não obstante tragam consequências negativas também para o mundo industrializado.

(Conclusão)

(*) Especialista em conservação ambiental; assistente técnica da Superintendência de Meio Ambiente da Companhia Vale do Rio Doce.